

Afonso Arinos de Melo Franco e o medo da emergência do “Monstro da Lagoa Brasileira”

Afonso Arinos de Melo Franco and the fear of the rising of the “monster of the Brazilian lagoon”.

José Carlos Reis¹ **

Resumo

O artigo analisa a obra *Conceito de Civilização Brasileira* (1936), de Afonso Arinos de Melo Franco, para conhecer a interpretação da identidade brasileira, a imagem do Brasil construída pelas elites nos anos 30. Ele opõe um Brasil civilizado, branco e europeu, ao Brasil mestiço, primitivo e selvagem. O seu livro se apresenta tanto como uma análise do passado e um projeto político elitista quanto como uma referência da ciência histórica dos anos 30. Arinos é analisado como político e como historiador.

Palavras-Chave: Historiografia Brasileira, Temporalidade Brasileira, Interpretações do Brasil, Identidades do Brasil, Teoria da História do Brasil.

Abstract

The article analyses the book *Concept of Brazilian Civilization* (1936), by Afonso Arinos de Melo Franco, in order to know the interpretation of the Brazilian identity, the Brazil's image, construct by the elites of the 1930 years. He puts the confrontation between a civilized Brazil, white and European, against a primitive and wild Brazil. His book is a analyses of the past and a elitist political project and also a reference for the historical science of the period. Arinos is analysed here as political man and as historian.

Key-words: Brazilian historiography, Brazilian temporality, Interpretations of the Brazil, Brazil's identities, Theory of the Brazil's History

¹ Professor do Departamento de História/UFMG. Autor dos livros: *As Identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC* (FGV, 5ª ed, 2002), *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade* (FGV, 2003), *Wilhelm Dilthey e a Autonomia das Ciências Sociais* (Eduel, 2003).

** Dedico este artigo à aluna-bolsista/IC Alessandra Soares Santos, por sua dedicação e competência.

Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) nasceu em Belo Horizonte, filho de família aristocrática, ligada diretamente aos poderes estadual mineiro e nacional, desde o Império. No Império e na República, vários membros de sua família se destacaram como ministros, senadores, deputados, diplomatas e escritores. Ele produziu uma obra vasta e variada: ensaios, memórias, críticas, discursos, conferências, obras de história, direito e economia. Arinos nos interessa, aqui, como historiador, como intérprete do Brasil. As suas obras históricas mais importantes são: *"Introdução à Realidade Brasileira"* (1933), *"Preparação ao Nacionalismo"* (1934), *"Conceito de Civilização Brasileira"* (1936), *"O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa"* (1937), *"Síntese da História Econômica do Brasil"* (1938); *"Terra do Brasil"* (1939), *"História do Banco do Brasil"* (1947), *"Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo"* (1955, 3 v.), *"Presidencialismo ou Parlamentarismo?"* (1958), *"A Alma do Tempo"* (4 volumes, publicados separadamente nos anos 60). Nós escolhemos para análise o seu livro de 1936, *"Conceito de Civilização Brasileira"*, por estarmos interessados em discutir o que ele ousou construir neste livro: uma imagem do Brasil. Nosso interesse é pelas imagens, interpretações, invenções, idéias, identidades do Brasil, construídas ao longo da nossa história. O título do seu livro de 1936 é de uma enorme e fascinante pretensão. Ele pretende construir nada menos do que o "conceito" do Brasil! Sua ambição é encontrar, atrás e através das mudanças históricas, a forma atemporal, essencial, ontológica do Brasil. A sua ambição é produzir um "retrato do Brasil", um desenho da alma brasileira. Mas, a alma é dizível? O espírito de um povo pode ser apreendido em um relato? Sobre o "tempo brasileiro", pode-se construir um discurso? Arinos ousa fazê-lo neste livro de 1936 e, por isso, o leremos sem pressa e com generosa atenção crítica.¹

Mais tarde, ele considerou superficial o seu livro de 1936 e parece tê-lo arquivado como apenas uma precipitada reflexão juvenil. Nós aceitamos (e desejamos!) que Afonso Arinos possa ter se afastado da sua visão do Brasil de juventude e compreendemos porque a

¹ Cf. VENÂNCIO FILHO, Alberto. "A Historiografia Republicana: a contribuição de Afonso Arinos". In: *Estudos Históricos*, vol. 3 n.º 6. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

teria renegado. Não pretendemos torná-lo prisioneiro desta obra de 1936. Mas supomos que esta "obra superficial" não esteja muito distante de uma possível verdade profunda de Afonso Arinos. Nós aceitamos a tese psico-sociológica, embora com restrições, que sustenta que o que parece superficial pode revelar o mais profundo. Contudo, nosso interesse não é pela autenticidade/inautenticidade de Arinos. Nós queremos pensar as identidades do Brasil e não as identidades de Afonso Arinos. Vamos pensar o Brasil através de Afonso Arinos. Nossa intenção é, através dele e das suas reflexões juvenis, encontrarmos a imagem do Brasil de uma época. A sua interpretação aristocrática do Brasil, por ser ingênua e juvenil, revela profundamente a sua sociedade e o seu tempo. Febvre diria que a sua obra revela a "estrutura mental", o "equipamento mental" do mundo histórico brasileiro. Vamos historicizar o seu "conceito" de civilização brasileira, que julgamos pertencer às elites brasileiras e, particularmente, a dos anos 30. Nossa hipótese: sustentamos que, nesta obra de 1936, Afonso Arinos fez uma pregação racista e autoritária contra a população brasileira. Nesta obra, o seu discurso liberal democrata, a sua defesa do Estado de Direito é, na verdade, antiliberal e antidemocrático, pois é contra a população brasileira. Para ele, a lei precisa ser defendida porque é o escudo protetor das elites contra a população brasileira, que ele considera bárbara e primitiva. Para ele, o Estado deve se manter distante da sociedade civil e estabelecer com ela uma relação de controle e repressão de seus impulsos primitivos. Com a interpretação do Brasil de Arinos nós aprendemos uma outra versão do pensamento autoritário das elites brasileiras. Se ao escrever o seu livro ele quis alertar as elites para a ameaça que representava para elas a ascensão ao poder do povo mestiço, nós, ao analisarmos a sua visão do Brasil, queremos alertar a população brasileira para o perigo que representa para ela a aceitação e o reconhecimento de intelectuais-políticos que, sob a máscara liberal democrática e patriótica, querem mantê-la sob o domínio da indiferença, do desprezo e da violência das cruéis elites brasileiras.²

²CL. LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 1976.

A Obra: "Conceito de Civilização Brasileira" (1936)³

Haveria uma "civilização brasileira", com uma forma definida, com uma identidade representável e reconhecível? Para Arinos, sim. Ele vê o Brasil como um enigma fascinante. E inquietador. Ele o descreve como um país contraditório, um mundo de oposições extremas, físicas, sociais e culturais. Aqui, para ele, se reúnem as conquistas das "civilizações superiores" e os aspectos mais rudimentares da evolução histórica. É um país paradoxalmente riquíssimo e miserável, fortíssimo e vulnerável, culto e iletrado. Arinos se propõe o desafio de construir o "conceito", uma imagem unitária, dessa realidade histórica paradoxal. Esta realidade histórica múltipla e complexa ao mesmo tempo exige o esforço de análise e parece resistir a qualquer forma de acesso. Para Arinos, no entanto, apesar de resistir à análise, nos anos 30, o Brasil começava a se revelar aos historiadores. Nos anos 30, o Brasil já podia ser objeto de estudos seguros e confiáveis. Antes, não. E ainda nos anos 30 havia muitos obstáculos ao "estudo profundo e imparcial" do Brasil. Mas já era possível desenhar o retrato do Brasil, narrar objetivamente a experiência vivida brasileira.

O maior obstáculo à construção de um "conceito de civilização brasileira", para ele, era a qualidade da vida intelectual no Brasil. Os intelectuais brasileiros haviam estado e ainda estavam dominados pelo subjetivismo, pelo idealismo, pelo bacharelismo. Ele supõe que, talvez, porque a realidade brasileira parecesse dividida em extremos, as idéias também se reduzissem a grupos de proposições esquemáticas. O esquematismo e o reducionismo predominantes impediam uma percepção nuançada da realidade brasileira. Mas a realidade brasileira era complexa e o pensamento brasileiro desta realidade era esquemático e dogmático. O espírito das elites pensantes era elementar. Qualquer idéia política era levada para um dos extremos, a direita ou a esquerda. Não havia posições intermediárias. O clima intelectual não reconhecia matizes. Os anos 30 foram dominados por projetos autoritários, à esquerda e à direita. Em 1936, Arinos denunciava esta situação intelectual e política de dogmatismo e radi-

³MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936. (Col. Brasileira)

calismo. Ele denunciava a ausência de um “esforço desapaixonado e imparcial” da inteligência brasileira nas análises sobre o Brasil. Toda análise histórica degradava-se em radicalismo político.

Qual seria o ponto de vista de Arinos sobre o Brasil, em 1936? A partir de que coordenada sócio-temporal ele desenhará a fisionomia da civilização brasileira? Ele pôde escapar a este ambiente político e intelectual dogmático e autoritário? Teria sido mesmo um liberal democrata entre extremistas? Nós avaliamos que a sua busca de uma inteligibilidade do Brasil também não será nuançada e nem poderia ser desapaixonada e imparcial. Arinos também é esquemático, dogmático e profundamente autoritário. Ele dividiu esquematicamente a população brasileira em dois grupos: a massa mestiça, dominada pela psiquê afro-índia, e o grupo reduzido da população branca, portadora dos valores da civilização européia. Em uma primeira metáfora, a civilização brasileira seria como uma casa de dois andares. O sofisticado e confortável andar superior governa. O selvagem e populoso andar inferior obedece. A sua análise do Brasil, apaixonadamente conservadora, trabalha com estes opostos: superior/inferior, razão/força, puro/impuro, civilização/barbárie. Empático com o lado superior/racional/puro/civilizado/europeu, Arinos revela o grande medo das elites diante da ascensão ao poder dos “mestiços”. Nesta obra, ele expressou os temores e presságios das elites brancas, rurais, cafeicultoras, ameaçadas pela “República mestiça”. Elas temem que a população inferior tome de assalto o andar superior e governe. Para ele, a civilização brasileira traz em si uma profunda tensão que poderá levá-la ao declínio e fim. Ao contrário de Freyre, Arinos separou e ergueu um muro entre a casa grande e a senzala, entre “superiores” e “inferiores”. As elites não desejam viver em promiscuidade com a gentalha. Elas não se identificam com a população brasileira e a temem. Como Arinos poderia, então, formular um “conceito”, uma representação unívoca do mundo brasileiro?

Arinos não se reconhece nesta descrição acima. Assumindo uma posição olímpica, ele se considera, como um intelectual europeu, capaz de estudar o Brasil com imparcialidade e neutralidade! Desprezando a “inteligência local”, ele se identifica às inteligências francesa e alemã, que, segundo ele, não transformam a verdade filo-

sófica ou científica em política e consideram esta atitude uma degradação de valores, uma confusão de elementos heterogêneos. Arinos, olhando o Brasil do alto das neves eternas dos Alpes suíços, morando em outra língua, imagina que não confunde verdades teóricas e suas conseqüências políticas. Para ele, a investigação intelectual seria um "trabalho de cultura"; a cristalização de seus resultados em concepções políticas seria um processo de "civilização". A investigação intelectual é um fenômeno cultural que precede logicamente a sua adaptação interessada, que é um fenômeno social e secundário no tempo. Não há nexos de causalidade necessária entre o processo de criação e o processo de adaptação. O processo lógico da adaptação é posterior e pode transformar uma verdade em erro, por estar dominado por interesses e paixões. Ele sustenta que o seu ponto de vista sobre o Brasil é puramente intelectual e não pretende ser nem otimista e nem pessimista, pois "a inteligência científica não ri e nem chora". Seu olhar sobre o Brasil será "lúcido, plácido, sem amor, sem cobiça, sem ódio ou medo". Com este livro, ele declara "não visar nenhum fim que não esteja compreendido em seu conceito". Em linguagem kantiana, seu livro seria, então, um "juízo analítico" sobre o Brasil. Uma tautologia: a civilização brasileira é o Brasil! Ele quer dizer que seu estudo é só um "conceito" e não tem pretensões políticas. É um trabalho de cultura, anterior à adaptação que poderia ser feita. É somente uma reflexão neutra e imparcial sobre o Brasil. É uma produção exclusiva do seu hemisfério intelectual. Ele parece acreditar nisso. Vamos reconstruir a sua interpretação do Brasil e examinar de perto esta sua pretensão cientificista de imparcialidade e neutralidade.

Nos anos 30, portanto, para Arinos, a nação brasileira já podia ser investigada em seus elementos culturais e materiais. Não havia falta de métodos e técnicas. Quase nada era originalmente brasileiro, neste terreno metodológico, mas sociólogos e historiadores estrangeiros serviam aos brasileiros como exemplos e guias. Eles deviam ser adaptados ao caso brasileiro, para não se chegar a resultados errôneos. Arinos reconhece que os historiadores brasileiros já tinham conseguido reunir uma grande quantidade de dados culturais, históricos e sociológicos. Mas faziam desse material uma narrativa linear, horizontal, superficial, dominados por um romantismo ingênuo. A Histó-

ria do Brasil, para ele, mesmo em seus maiores especialistas, era apenas uma investigação minuciosa e fatigante de episódios políticos. A História do Brasil era um esforço respeitável e grandioso de reunião dos fatos passados. Mas, Arinos lamenta, os estudos históricos sobre o Brasil estavam sem propósito orgânico, sem visada sintética, sem orientação filosófica. A História do Brasil não elaborara ainda um "conceito de civilização brasileira". Os historiadores não tinham ainda traçado a "fisionomia", a "alma", o "espírito", a "identidade essencial" do Brasil.

Ele quer passar dessa História do Brasil factual a uma "história da civilização brasileira", ao "conceito de Brasil", que transforme esse depósito de matérias primas em uma estrutura lógica, concentrada, em uma explicação do passado e uma indicação do futuro. Um "conceito de civilização brasileira" deve reunir as peças esparsas em um todo vivo, para descobrir o sentido histórico do Brasil passado, atual e futuro. A história não pode se reduzir a uma sùmula fria dos fatos passados, sem ordem íntima e necessária, mas construir um organismo exato e lógico em seu desenvolvimento. Pode-se ver o Brasil como uma totalidade, com uma origem comum e um destino convergente? Pode-se conceber a civilização brasileira como um mundo unido e homogêneo? O *sentido histórico* da vida brasileira seria um fato histórico ou uma divagação de demagogos, uma ilusão visual de profetas? Demagogo ou profeta, Arinos não quer ser. Ele deseja construir um "conceito científico" da civilização brasileira, elaborar uma intriga complexa e totalizante, que seria a representação verossímil do processo histórico brasileiro real. Arinos nos interessa não como profeta e nem como cientista, mas como "intérprete do Brasil". O que ele quer construir é uma "interpretação do Brasil", que, dominado pelos valores cognitivos do seu tempo, imagina que seja um definitivo "estudo científico" que traria a "verdade do Brasil". Tomamos o seu "conceito" como mais uma importante interpretação do Brasil.

A alma do tempo brasileiro aparece em sua trajetória: da origem ao atual, com uma tendência discernível. Para construir a sua interpretação da civilização brasileira, inspirado em Spengler, primeiro, ele discutirá o tempo da sua origem. Ele observará as culturas que a geraram. Arinos segue Spengler: a

civilização é o resultado orgânico e lógico da cultura, a sua realização técnica e material. Cada cultura possui a sua civilização específica. Portanto, a civilização brasileira só faz explorar o potencial do seu mundo cultural original. É como se o caminho do Brasil já estivesse definido desde a origem. Ele se tornará o que já pode potencialmente ser. A cultura seria algo como um estoque original de valores que a civilização apenas desdobra e realiza. As possibilidades da civilização brasileira estão de certa forma predeterminadas, dadas. A origem determina as possibilidades futuras. Em Arinos, a alma brasileira pode ter duas trajetórias e dois destinos: uma trajetória declinante e um destino trágico ou uma trajetória declinante, mas recuperável, e um destino heróico. Arinos hesita entre um e outro caminho. Por um lado, contra Spengler, otimista, ele não acredita que a civilização represente necessariamente a decadência, pois as culturas podem se transformar, renascer e progredir. Fugindo de Spengler, para ele, se tomássemos conhecimento do lado bárbaro, selvagem, inferior, da civilização brasileira, nós, brasileiros, talvez, pudéssemos superá-lo fazendo as boas opções e tomando as decisões "superiores". A identidade brasileira, então, não seria prisioneira de uma essência inferior original, de um destino irrevogável. Por outro lado, Arinos nos parece profundamente spengleriano, pessimista, pois concebe como "inferiores" as culturas que geraram a civilização brasileira, as quais necessariamente renascerão. Nesta perspectiva, há uma ontologia brasileira, uma identidade essencial, inferior, da qual os brasileiros não poderão escapar. Para ele, pessimista, a civilização brasileira desenvolve um potencial cultural selvagem que renascerá com mais vigor, destruindo-a, fazendo-a retornar à barbárie. Por isso, para ele, é urgente pensar o presente-futuro inquietante da civilização brasileira. Para isso, ele construirá o seu "conceito de civilização brasileira". Sua intenção é fundamentalmente política. Para ele, é preciso retornar às origens culturais do Brasil, reconstruir a sua trajetória, para encontrarmos as soluções para o mal que nos ameaça por dentro.

A cultura original do Brasil seria, numa segunda metáfora, como um triângulo retângulo cultural indo-afro-europeu: cateto menor, linha indígena, cateto maior, linha africana, hipotenusa, linha européia. Para Arinos, será preciso ver a influência das três forças em conjunto, as ações e reações exercidas umas sobre as outras em cada uma das fases da história do Brasil. A civilização brasileira atual seria o desdobramento deste encontro inaugural das três culturas, duas "culturas inferiores" e uma "cultura superior", que já se tornara uma civilização, a portuguesa-européia. Pensar o Brasil atual-futuro é descrever a sua trajetória desde o encontro daquelas culturas primitivas com a superior. Esta fusão original, que criou uma cultura única e nova, já definiu a identidade do Brasil e o que ele poderia se tornar. A civilização brasileira não é a resultante de uma ou de outra dessas culturas tomadas isoladamente, mas da sua combinação em uma cultura original. A originalidade da civilização brasileira decorre desse triângulo original, formado nos séculos XVI e XVII. A Arinos não interessa o índio ou o negro ou o português em particular, mas a sua original articulação nesta região da América Latina, desde o século XVI. O choque das três raças/culturas gerou um mundo cultural singular que criou a civilização brasileira. São três "raças" ou "culturas"? Arinos fez um longo capítulo teórico para construir o seu conceito de "cultura" mas, ao longo da sua análise, a idéia de "raça", reprimida pelas suas intenções científicas, reaparece vigorosamente.

Para Arinos, até os anos 30, o tempo desta cultura fundadora do Brasil não foi estudado de forma adequada. As culturas originais do Brasil foram tratadas de forma literário-romântica. O estudo do índio e do negro foi mais literário e político. Eram estudos mais descritivos do que interpretativos. No século XIX, não havia necessidade de exatidão científica. Havia até uma necessidade contrária, a de despojar as duas raças de sua "realidade", para fundi-las em figuras idealizadas, sintéticas, para que pudessem ser apresentadas ao público como símbolos dos movimentos nacionalista e abolicionista. Criava-se "o índio", "o negro", um tipo literário ideal, perdendo de vista as suas diversidades concretas. A imprecisão era necessária à síntese. O discurso nacionalista apaga as diferentes identidades e homogeneiza a diversidade para tornar-se politicamente eficiente. Nos anos 30, atingira-se o seu tratamento científico, antropológico-histórico- soci-

ológico. A observação direta de populações e documentos tornara-se uma exigência. A tendência para a interpretação histórico-sociológico-antropológica era recente no mundo e recentíssima no Brasil. Nos anos 30, índios e negros já podiam ser vistos em sua diversidade. Para Arinos, o grande livro sobre a influência índia e negra no Brasil, com bases históricas, ainda estava por aparecer.

Apesar da ausência deste apoio científico, ele pretende expor as influências índia e negra na nossa formação com "imparcialidade". Ele admite que as influências de índios e negros sobre a civilização brasileira têm sido reconhecidas com dificuldade. As elites desejavam o arianismo, desmentido pelo fenótipo. Foi preciso esperar os anos 30, após alguns estudos mais objetivos, para a inteligência brasileira se convencer de que na formação brasileira existe uma sólida base não branca. Mas, aceitar estas influências era difícil. As elites e a inteligência brasileira as aceitavam coletivamente, mas não pessoalmente. Ninguém das elites admitiria um ancestral afro-índio. As elites e a inteligência brasileira não se consideram descendentes de raças inferiores. São mais tolerantes com o índio, que não foi escravo. Mas admitir um ancestral negro seria impossível. Apesar dessa resistência pessoal, para Arinos, no Brasil, não há preconceito de raça, como nos Estados Unidos e na Alemanha. O mulato claro, no Brasil, não é incomodado. Não há prepotência sobre o negro. Não há preconceito de raça porque nosso povo, embora o admita com dificuldade, é mestiço e incapaz de sentir sincera aversão pelo preto, ao qual se sente ligado. Mas há preconceito de cor. A alta sociedade é mulata de sangue e branca de pele. O contato com europeus e americanos a impede de aceitar a miscigenação. Nas profissões que se relacionam com estrangeiros é preciso ser branco. A sua geração, segundo ele, foi a primeira a compreender a importância das influências afro-índias na nossa formação. Esta influência entrou no terreno da análise e da investigação científicas. E, por isso, ele já podia traçar um conceito de civilização brasileira.

Contudo, se o "estudo científico" das influências afro-índias na civilização brasileira permitiu que se conhecesse a sua presença, terá levado ao seu reconhecimento e aceitação? As elites ao mesmo tempo se sentem ligadas profundamente ao mestiço e recusam esta

origem. Arinos é representativo das elites brancas e intelectuais brasileiras dos anos 30, pois conhecia bem a sua origem afro-índia e lutou desesperadamente contra esta origem. A identidade brasileira é tensa, nascida do encontro dramático entre povos e culturas que lutam entre si e se desprezam. A unidade foi construída na luta. As culturas se fundiram na resistência recíproca. O reconhecimento do outro exige um trabalho difícil. O problema do reconhecimento e aceitação atingia também a influência portuguesa. Se, por um lado, pelas elites, os índios e os negros são reconhecidos com dificuldade como constituintes da identidade brasileira, por outro lado, pela inteligência brasileira com posições radicais de esquerda a participação lusitana na formação brasileira também era diminuída ou incompreendida. O português parasita foi o entrave ao desabrochar da civilização brasileira. À direita, as elites francófilas e anglófilas também se sentem mal na companhia dos seus ancestrais portugueses, mestiços, meio africanos, com uma cultura pouco ocidental. Para Arinos, a elaboração do conceito de civilização brasileira não pode ignorar a força das três influências e da sua combinação original. Quanto aos portugueses, a sua participação foi enorme. Arinos está longe de ser "neutro e imparcial" quanto à influência portuguesa, assim como será um pregador contra as influências afro-índias. Ele reconhece e aplaude a presença portuguesa e vangloria-se dos seus ascendentes brancos como um adolescente do seu pai.

Para ele, os primeiros colonos portugueses eram "grandes", "fortes", "valentes", "machos", "imbatíveis". Eles realizaram um "trabalho colossal", que lhes permitiu ter uma vida folgada, na rede, na "cacunda do preto". Os juízos de valor de Arinos sobre a ação do português colonial são os mais elogiosos e condescendentes. Ele aplaude a sua sexualidade exacerbada. Eram cabrões no meio de cabras! Nos primeiros tempos, segundo ele, o "trabalho português" foi sobretudo "sexual"! No Brasil pré-colonial, a principal contribuição dos portugueses foi o sêmen, afirma o piedoso Arinos. Ele não reflete muito sobre o modo como as índias e negras exploraram esta jazida de reservas naturais portuguesas. Arinos se exalta com a lembrança de seus avós machos e violentos. A conquista militar, ele a põe em segundo plano. A espada mais firme de conquista foi o priapo ines-

gotável! Ele aplaude o invasor estuprador. Este não era selvagem! Para ele, felizmente, o português agiu assim, pois senão não haveria Brasil e brasileiros. Foi daí, desse "trabalho português original", do priapo e do sêmen portugueses, que surgiu a raça mestiça, adaptada física e psicologicamente à terra, que iria desbravar o sertão. Começavam as gerações de mulatos, de cafusos ou caburés, de curibocas ou mamelucos. Já mestiço, o português, não tinha preconceito de raça. Apesar de reconhecer que já era mestiço, Arinos afirma que ele foi um "clarificador", um filtro de "sangues impuros"! A partir do século XVI, eles se fixaram na terra dos indígenas e dessa forma, para ele legítima, deu-se o início da civilização brasileira. A vitória portuguesa de fato, pela força, transformou-se, em Arinos, em direito, em necessidade racional. Será que Arinos compreende bem a diferença entre "força" e "razão", conceitos que constituem a base da sua interpretação do Brasil?

Arinos, contudo, não é tão ingênuo! Ele percebe que houve uma invasão e conquista. E optou por ser empático com a força do vencedor, ao qual dá "razão". Na cultura triangular original do Brasil, para ele, houve ao mesmo tempo choque e interpenetração de culturas. Houve rejeição, confronto, luta e aproximação, aceitação, entrelaçamento. Este combate/entrelaçamento se acentuou no terreno religioso. O Brasil foi um campo de batalha religiosa. Arinos deixa claro o seu ponto de vista branco e elitista, apesar de pretender ser neutro e imparcial, quando se refere aos negros como "gado humano de raça inferior, rebanho africano". Deste "rebanho inferior" vinham desde credices bárbaras até o maometismo. Tudo isso foi incorporado ao meio espiritual da colônia. Dos indígenas veio a "santidade", um ritual que incluía a erva santa. As santidades eram como as macumbas dos pretos. Era uma expressão cultural de hostilidade política ao branco invasor. Ele mesmo afirma que "o oprimido luta contra o opressor" através das santidades e macumbas. Índios e negros tentavam atuar magicamente sobre os brancos. Invocavam as forças misteriosas das selvas, para derrotá-los. Arinos descreve o encontro entre as três raças/culturas como uma luta. Não foi um encontro amigável. Mas, lutando, as culturas/raças se assimilaram.

Os portugueses venceram porque já eram uma "civilização", isto é, já tinham desenvolvido um alto controle técnico sobre a natureza e sobre si mesmos. A civilização brasileira de hoje é o resultado do entrelaçamento dessas três forças. Do relato de Arinos, conclui-se que a vitória dos brancos no Brasil pode ser vista como a demonstração mais clara de que não há "forças ocultas" interferindo na vida dos homens. Se as houvesse, não teria sobrado um único branco para contar a sua história oficial. Índios e negros usaram, unidos, todos os seus recursos e conhecimentos das forças espirituais para derrotarem os canhões e fuzis dos invasores. Em vão! Arinos percebe que houve invasão, conquista, estupro, destruição de povos e culturas... e se identifica ao Santo Ofício, que irá perseguir a santidade e a macumba como heresias. Ele cobre com o "manto da razão" a violência portuguesa. A postura de Arinos é completamente branca: ele combate índios e negros ombro a ombro com seus ancestrais, mas, como eles, tornou-se capaz de alguma empatia com os vencidos, desejou as suas mulheres, deixou-se envolver por suas crenças e valores. Infelizmente, para ele, tornou-se uma atormentada e ineficiente "alma mestiça".

A civilização branca venceu. Mas as culturas inferiores se infiltraram nos fundamentos da civilização branca, integrando-se na sua substância. Eis a ameaça ao futuro da civilização brasileira: a civilização branca se alterou muito no Brasil. Os povos vencedores adotaram elementos importantes dos vencidos. Arinos procura desculpar os portugueses por esta promiscuidade: eles, os vencedores, estavam fora do seu ambiente natural. O novo mundo lhes era hostil, desconhecido. Mas não os perdoa: a miscigenação criou um povo mestiço, um excelente campo de desenvolvimento das "culturas inferiores". Arinos lamenta que a vitória branca não tenha sido absoluta. Infelizmente, houve aproximação e entrelaçamento com as culturas inferiores. A civilização branca foi conspurcada pela contribuição dos dois outros agentes étnicos. Ele compara o Brasil, terceira metáfora, a um lago branco que recebeu dois rios, que se uniram antes de entrarem no lago e o modificar. O rio afro-índio fez do lago europeu algo diferente, cujo acabamento se processa ainda hoje. As águas brasileiras, lamenta Arinos, não são puramente européias. São águas turvas pela chegada das águas índio-africanas. Arinos quer identificar as

tendências gerais sob as quais agiram essas influências modificadoras da civilização branca. Otimista, ao identificar os "resíduos históricos" que tornam o lago brasileiro escuro, impuro e turbulento, pretende decantá-lo, salvá-lo de tendências obscurantistas, supersticiosas, míticas, irracionais, bárbaras, violentas, selvagens.

Arinos deseja que o Brasil se embranqueça, se europeíze, se civilize, vencendo as suas origens não européias. Ele quer purificar e pacificar as águas brasileiras, isto é, eliminar os "resíduos históricos" que a poluem e ameaçam. O leite derramado pelos conquistadores, ele que devolvê-lo à tigela. Seu conceito de civilização brasileira nos parece um atentado contra a alma mestiça brasileira. Ele deseja impor-lhe a fôrma européia. Ele propõe que se faça à civilização brasileira a crueldade que ele fez consigo mesmo: civilizou-se, aculturou-se, tornou-se um quase-suíço, um *nowhere man!* Arrancou-se pela raiz e, pálido, exânime, flana por entre os bens culturais do seu ex-país. Dos seus próprios resíduos históricos, ele, aliviado, já se sente decantado. Ele imagina que a sua salvação pessoal já estava garantida e, como bom cristão, deseja salvar a civilização brasileira oferecendo-se como exemplo. Ele fala às elites brasileiras como um menino índio catequizado falaria, em latim, aos seus pais e aos chefes da sua aldeia: aceitem a verdade, convertam-se, esqueçam a nossa tradição selvagem. Os jesuitas, a razão superior que veio de fora, chegou para nos salvar de nós mesmos, para nos limpar de nossos impulsos inferiores.

Para ele, a civilização brasileira está contaminada por "resíduos históricos" inferiores. O "resíduo histórico", em vez de ficar à margem da história, a ela se funde. Ele define como "resíduos históricos" aqueles elementos já assimilados que aparecem em traços identificáveis atuais. Há traços fisionômicos do nosso povo, por exemplo, que são oriundos das três raças e não só de uma. O gosto pela piada de sexo, pela revista de sacanagem, marca do brasileiro (outros povos não gostam de piadas e revistas de sacanagem?), vem das três raças. Arinos irá decompor e analisar os "resíduos afro-índios" que, "funestamente", foram assimilados pela civilização branca. Ele buscará identificar as características gerais e psicológicas mais importantes da mestiçagem e as suas origens. Se Arinos quer passar a alma brasileira em uma peneira fina, que deixe passar apenas o pó branco e retenha e exclua

os caroços e torrões índios e negros, o seu estudo pode ser considerado puramente “histórico”, “conceitual”, “imparcial”, “objetivo”, “científico”? Tudo que é genuinamente brasileiro é visto como selvagem e bárbaro. Sua interpretação do Brasil é a das elites, que não se identificam com a população brasileira, a desprezam e a temem. A sua interpretação do Brasil é uma pregação política racista, autoritária, que destila preconceito e ódio contra o passado afro-índio e a atual população brasileira mestiça.

“Resíduos Históricos” Afro-Indígenas que Ameaçam a Civilização Brasileira

a) Imprevidência e Dissipação

Para Arinos, a civilização brasileira herdou da cultura inferior indígena inúmeros males. Um destes males é a *desproporção entre o esforço despendido no trabalho e o resultado obtido*. Os indígenas não articulavam de forma eficiente meios e fins. Eles podiam trabalhar muito, mas não controlavam o resultado. Eles não eram indolentes mas, imprevidentes. Para o branco, o índio trabalhou muito: guardando gado, remando nas canoas, carregando pedras, nas lavras, labutando nas lavouras de cana. Ele cultivava a terra, pescava, caçava, guerreava. A civilização européia “entrou pelo sertão carregada nos braços dos índios”. Para ele, talvez fosse preferível que esta aliança não tivesse jamais ocorrido. Talvez tivesse sido melhor, para o Brasil, que o índio tivesse sido exterminado ou que tal convívio não tivesse sido tão profundo. No presente, esta forte herança indígena deve ser filtrada, superada, para que a civilização brasileira não decaia na barbárie. O que o índio ofereceu de negativo supera em muito os possíveis ganhos com a sua convivência.

Este resíduo irracional indígena, a falta de previsão, o esforço sem controle do futuro, sem poupança, imprimiu-se funestamente na civilização brasileira. O índio era nômade. Seu trabalho era imediatista. Ele trabalhava na medida da sua necessidade. O índio apenas satisfazia as suas necessidades básicas, sem planos, sem sentido econômico, sem previsão. Não planejava nada, não calculava prejuízos e

ganhos, não armazenava, não poupava. Tudo que era produzido era imediatamente dissipado. A "raça" tinha um espírito infantil de dissipação. Para Arinos, este espírito imprevidente e dissipador, infelizmente, impregna a alma brasileira. A iniciativa privada e a administração pública no Brasil são marcadas por esta desorganização, por esta desproporção entre o esforço atual e a segurança. O brasileiro não tem a compreensão nítida do fim do trabalho que realiza. A produção é feita sem planejamento, sem explicitação dos objetivos. Vivemos mergulhados no presente, entregues à sua experiência imediata. É como se desconhecêssemos a dimensão temporal do futuro. A nossa imprevisão, a nossa falta de poupança, a nossa desatenção pueril com o futuro, para Arinos, nos foram trazidos pela alma tupi-guarani. A história financeira do Brasil, dos seus empréstimos públicos, federais, estaduais e municipais, segundo ele, é de estarrecer. É o país das estradas não econômicas e da produção sem meios de transporte. A administração pública no Brasil é imprevidente, irracionalmente conduzida. O Estado brasileiro não funciona em moldes burocráticos europeus. O Brasil é um país fora da lógica iluminista européia. A civilização brasileira não funciona como a civilização européia. Para Arinos, este resíduo indígena é indesejável e seria preciso erradicá-lo, para que a civilização brasileira possa se organizar de forma racional e superar a miséria que a flagela.

b) O Desapego pela terra

Outro resíduo indígena que funestamente se imprimiu na civilização brasileira, para Arinos, foi o *desapego pela terra*. O índio era incapaz de se tornar "proprietário de terra". Mas os índios não conheciam bem a natureza brasileira e não sabiam explorá-la de acordo com as suas necessidades? Eles a conheciam bem e a sabiam explorar, mas, para Arinos, não tinham o desejo que dignifica o homem: o de possuir a terra. Infelizmente, passaram este "desapego pela terra" à massa rural mestiça brasileira. Arinos não ignora que a propriedade latifundiária tem causas políticas e econômicas e não se liga apenas a esta herança do índio. Mas, para ele, a propriedade latifundiária é devida sobretudo a esse traço psicológico inferior da massa camponesa. No Brasil, nenhum camponês luta pela terra; logo, ela se con-

centra nas mãos de poucos. Onde há mais sangue europeu predomina a pequena propriedade ou se dilui a grande. Ele sustenta que até Prestes julgava que a revolução agrária no Brasil seria difícil e devia ser conduzida dentro de normas especiais, pois o camponês mestiço não se interessa em ocupar a terra.

Para Arinos, infelizmente, essa é uma característica singular do povo brasileiro. A falta de interesse pela terra é grave, pois contrária ao progresso e até a uma revolução social. O desejo fundamental do camponês deveria ser o trabalho da terra. A população brasileira não ama a terra e, sempre que pode, abandona-a. As populações rurais são nômades. Mineiros e baianos vão e vêm a São Paulo. Este sentimento é compreensível no indígena, que não precisava cultivá-la. Mas é um sentimento deslocado no homem brasileiro rural, que precisa cultivá-la, para se libertar da miséria. O camponês europeu é o esposo da terra. Ele a fecunda e vigia, esperando os frutos. Tem temores e esperanças. A terra é sua companheira. Mesmo quando não é proprietário, ele a trata como se o fosse. O servo tinha apenas a posse da terra e a tratava com apreço. Diferente do europeu, os índios faziam roças de curta duração. A terra era muito fácil, abundante e generosa. Se o índio tivesse dificuldades com a natureza, talvez a sua agricultura tivesse se desenvolvido. Ele não seria nômade. Mas não foi assim e, infelizmente, a relação com a terra da massa rural mestiça brasileira é de desapego e desinteresse.

Essa herança indígena se agravou com o nosso tipo de trabalho agrícola. A grande lavoura colonial brasileira não facilitou o apego do homem à terra. Era um tipo complexo de exploração. Tinha algumas características feudais e já era capitalista. Arinos se mostra conhecedor de uma discussão clássica da teoria marxista, a da transição do modo de produção feudal ao capitalista. Para ele, a grande lavoura colonial era uma atividade que representava o espírito da época do descobrimento: a transição do feudalismo ao capitalismo. A estrutura latifundiária impedia a pequena propriedade e o espírito explorador da terra em pequenas porções. Assim, se o nomadismo indígena levou o mestiço rural a não se interessar pela terra, o colono branco, que poderia ter-se apegado à terra, foi proibido, porque a organização capitalista da lavoura sufocava a formação da pequena

propriedade rural. A grande lavoura do café consolidou essa situação. Além de ir adentrando pelo interior em busca de terras virgens, depois de cansar as terras cultivadas, esta marcha para o interior não favoreceu a fixação do homem. O imigrante europeu e o asiático, nos séculos XIX-XX, também teve a sua iniciativa de pequeno proprietário de terra inibida pela expansão da estrutura latifundiária.

Para Arinos, portanto, a herança indígena e a estrutura latifundiária são responsáveis pelo desapego da massa rural brasileira pela terra. Mas, os europeus têm uma tradição sedentária, são amantes da terra e sabem explorá-la de forma racional. A origem branca do desapego pela terra, a estrutura latifundiária, é superável, pois um camponês branco, como os do sul do Brasil, sempre lutará pela terra. O problema maior é a origem indígena desse traço da alma brasileira: a massa rural mestiça poderá algum dia dar à terra o seu devido valor e explorá-la racionalmente para a superação da sua própria miséria? A massa rural é sobretudo índia e negra. Para Arinos, o negro foi bom agricultor, mas, escravo, também não possuía o desejo de propriedade da terra. A alma brasileira mestiça, enfim, para Arinos, não tem apreço pela propriedade da terra, é nômade, e isto inviabiliza qualquer projeto, até revolucionário, de superação da miséria pelo aumento da produção rural.

c) A Salvação pelo Acaso

Outra marca da alma brasileira que Arinos atribui a traços residuais de índios e negros fundidos é a *salvação pelo acaso*. A influência conjunta das culturas inferiores é a superstição, a magia, o mistério, o predomínio de forças pré-lógicas sobre o comportamento social. Do índio, o seu sentimento do acaso, do imprevisto, do azar; do negro, o seu temor difuso, a esperança na proteção de forças desconhecidas, a sua magia. Eis os dois grandes causadores do estranho misticismo do povo brasileiro atual. Somos marcados por esta mentalidade pré-lógica. A vida subjetiva do povo brasileiro desfigura as "religiões superiores" com seu espiritismo, crenças bárbaras, como a macumba. O cristianismo europeu, no Brasil, foi alterado pelas religiosidades indígena e negra. A alma brasileira é mágica, pré-lógica.

Isto terá fortes e funestas conseqüências sobre a vida coletiva e civil, econômica, política e social da nação.

Místico, o povo brasileiro herdou um caráter de "jogador". O brasileiro confia na sorte. Ele conta com o apoio de forças mágicas. O instinto ancestral de aventura predomina em todos. Para Arinos, o desenvolvimento das loterias, aqui, é surpreendente. O jogo do bicho tornou-se uma instituição nacional. Não há "cozinheira, empregada, varredor de rua", que não jogue no bicho. Arinos cita estas atividades com desprezo. Para ele, entre os brasileiros, sejam ricos ou mais modestos, reina uma esperança com cada centavo que sobra. Buscam uma ilusão incorpórea e enganadora. Todos jogam. É um atributo nacional e um vício individual. A polícia não pode fazer nada contra isso. A fusão de elementos culturais afro-índios determina um modo de ser coletivo, que não pode ser evitado. Estes elementos culturais estão dentro de cada brasileiro e o constituem como brasileiro.

O brasileiro afro-índigena possui uma religião: é um jogador. É uma religião com seus estados de sorte e de azar e com seus amuletos, oferendas, devoções particulares: figas, pés de coelho, números preferidos ou cabalísticos, cartas fiéis ou ingratas. O "mulato de camisa de meia", a população mestiça, e o "elegante dos cassinos", as elites, se aproximam neste espírito brasileiro. Só Arinos, um quase-suíço, um *nowhere man*, não se identifica com o brasileiro nesta religiosidade! Ele não se considera mestiço de índio e negro. Ele sustenta com candura: *"eu que faço parte daquele reduzido grupo de brasileiros a quem o jogo entedia de maneira invencível, quando entro num dos cassinos cariocas, levo o propósito de apenas observar os jogadores"*. (p. 162) É um antropólogo suíço! Mas, se ricos e pobres no Brasil têm essa alma afro-índia, de onde viria a alma pura deste "reduzido grupo de brasileiros"? Seriam os brancos educados e aculturados na Europa? É provável, pois Arinos só vê um modo de os brasileiros escaparem a esta funesta herança selvagem: a educação. Ela traria a transformação do que temos de mais arraigado e primitivo. Estas tendências incoercíveis podem ser aplicadas em objetivos sociais. O seu conceito de educação é, portanto, claro: as tendências selvagens são incoercíveis, mas podem ser canalizadas racionalmente. Aqui se esclarece o seu projeto para o Brasil: o Brasil tem estas "origens inferior-

res", que são dadas e inevitáveis. Mas, pela educação, pode-se dar um destino superior, europeu, a estas tendências brasileiras. Ele propõe aos brasileiros que façam a si o que ele fez consigo mesmo: europeizou-se, superou suas tendências selvagens, alfabetizou-se em línguas estrangeiras. Tornou-se um "antropólogo de si mesmo", evitando qualquer participação na observação, evitando encontrar-se consigo mesmo.

Arinos confessa que vai aos cassinos, mas garante que não toca em nenhum dado ou carta. O seu espírito se mantém exterior àquele ambiente pré-lógico. Ele vai apenas para observar os brasileiros no exercício da sua herança afro-índia. Ele os frequenta como um historiador europeu. Mas não tão distante, pois se entristece com o espetáculo que presencia. Ele descreve a sala de jogo como um templo: tapetes verdes, veludos, silêncio, conversa baixa. Os cassinos são igrejas do diabo. Os fiéis oferecem fortunas para sustentá-las. O homem da classe média, o funcionário público, depois do trabalho, todos vão de bonde para o templo sacrificar-se ao seu deus. Todos que querem prosperidade apelam para o jogo. Há sorteios de prédios, terrenos, vales, concursos, prêmios. Por toda parte, o jogo, a combinação caprichosa da vida. Até o Estado participa dessa paixão nacional. Com as finanças enlacradas, emite títulos com sorteios e obtém grande sucesso. Para Arinos, agindo com este espírito afro-índio, o Estado brasileiro se desmoraliza, perde a sua autoridade superior. Os palácios dos governos estaduais e municipais se assemelham aos templos-casinos. E o Senado, a Câmara, os Palácios federais, estaduais e municipais estão lotados de jogadores!

Para Arinos, as conseqüências da assimilação desse resíduo afro-índio são funestas para a civilização brasileira. O brasileiro não tem um espírito de economia privada e sem economia privada não pode haver riqueza pública. Cada vez mais jogador, o brasileiro dissipa tudo o que ganha. E com o estímulo do Estado-jogador! Arinos repõe o seu implícito argumento-estribilho: "na França não é assim!". O camponês europeu não gasta a sua poupança. O brasileiro precisa vencer a sua origem selvagem e começar a economizar para ter o que gastar. Ele não pode continuar dissipando o que não tem. As conseqüências políticas são tão graves quanto a econômico-financeira. Este

espírito de jogo fortalece a esperança da salvação nacional por meio de milagres. Este ambiente místico é favorável à eclosão de propostas políticas insensatas, violentas, dirigidas por profetas. A ordem pública torna-se impossível. O povo não percebe que a mera mudança de regimes não é suficiente. Qualquer regime político se sustenta na riqueza produzida. A produção anual do Brasil é inferior ao seu consumo. Qual milagre, qual prêmio de loteria seria capaz de transformar esta situação? O essencial é o trabalho e a poupança. E o espírito de trabalho e poupança está fora do horizonte do brasileiro afro-índio. Além disso, para o povo brasileiro, os grandes homens não são os que trabalham, mas os mágicos, os jogadores, os prestidigitadores. O estadista não será bem sucedido se propuser o enfrentamento de dificuldades, se impuser sacrifícios e disciplinas rudes ao povo. Este aprecia o golpe do malandro, a rasteira, a tapeação, o despiste. O herói popular é aquele que tem cartas na manga. O povo confia em habilidades secretas, poderes obscuros, que o salvarão milagrosamente. Arinos nos faz lembrar de que esta estratégia já falhou contra os invasores portugueses. Será que o futuro do Brasil será o mesmo de indígenas e negros, isto é, a derrota, o extermínio, o estupro, a aculturação, a decadência de sua civilização?

d) O Amor à Ostentação

Nossos antepassados afro-índios nos legaram outra herança que nos impede de superar a nossa situação de ignorância e miséria: o amor ao adorno, ao enfeite, à ostentação simuladora. Arinos propõe uma tese curiosa: o espírito selvagem é inimigo da simplicidade. A beleza discreta revelaria uma superioridade intelectual. O critério estético superior valoriza a simplicidade como uma fusão ideal de todas as complicações. O espírito superior é simples, porque engloba as diferenças, as multiplicidades numa unidade mais alta: "como o branco, cor mais simples, que reúne todas as cores". Conclusão: uma prova de que os brancos são intelectualmente superiores é o seu critério estético superior, que prefere a simplicidade, a beleza discreta, as cores menos vivas. Os povos mais atrasados, inferiores, têm os sentidos mais vivos, mas a sensibilidade menos aguda. O selvagem vê, ouve, tasteia, cheira melhor do que o civilizado. Só a cor forte lhe

chama a atenção e o perfume intenso lhe dá prazer. O primitivo tem inclinação ao enfeite escandaloso do corpo: vestimentas decorativas, plumas, colares, tatuagens, pinturas. O bárbaro prefere o que é aparente e ostentoso. As decorações os protegem contra a influência de forças mágicas hostis e como excitantes eróticas. O vestuário e o adorno na vida sexual do índio e do negro são capitais.

Para Arinos, quanto ao critério estético, o povo brasileiro é mais afro-índio do que europeu. O brasileiro popular gosta de roupas coloridas, acetinadas, de cores vivas, cheiros fortes, pinturas, brilhantinas. Sobretudo o mulato e o caboclo. Os caboclos e mulatos despendiam tudo o que podiam nos atavios e cuidados do corpo. Qualquer peão colonial andava com roupas de cetim. Arinos observou isto nas suas empregadas. Ele tinha empregadas pretas, mulatas e portuguesas. A portuguesa, branca e européia, é intelectualmente superior e isto aparece em seus critérios estéticos. Ela é bem tratada e bonita, é econômica, organizada, discreta no vestir. Sua roupa de vestir e seu uniforme são práticos, duráveis, de tecido escuro e resistente. As brasileiras mulatas e pretas envolvem-se em cetins, sedas, musselinas. E Arinos observa este resíduo afro-índio não só nas empregadas, mas também na sua patroa. Ele sustenta que as empregadas usam cetins e sedas "pelo menos da mesma qualidade que as usadas pela patroa". Isto quer dizer que as "patroas", as elites, também cultivam gostos afro-índios. As brasileiras usam faixas, brincos, pentes de cor, batom, perfumes violentos, unhas coloridas. A mulata sai para os bailes como uma luxuosa ave tropical, como um arco-íris! As mulatas cariocas andam tão ornamentadas como as baianas do passado. Não usam mais jóias de ouro e prata. Elas se arruinam nas lojas americanas com contas de vidros coloridos, correntes de metal folheado, espelhos. Arinos acha "feias" as mulheres brasileiras com tantas cores e cheiros. Quase-suíço, discreto, vestindo temas em tons escuros, ele prefere o perfume suave, a simplicidade no vestir e adornar-se da européia.

E não são somente as mulheres brasileiras que apreciam cores, cheiros e adornos. Os homens brasileiros também. No interior, nas construções de estradas, os armazéns das empreiteiras vendem potes de brilhantina, gravatas berrantes, camisas de cores berrantes aos trabalhadores. Estes se organizam como os ancestrais selvagens: traba-

lham apenas para comer, não se fixam, não ocupam as terras, não querem saber de cultivá-las, não juntam um vintém, dissipam tudo em bobagens, migram em busca de trabalho, com as mulheres e filhos remelentos e barrigudos, a viola dolorosa e plangente. Os brasileiros trabalham durante todo o dia; à noite, cantam e dançam no bar, com a sua alma mestiça e ingênua. Esse resíduo cultural reforça as conclusões anteriores sobre o brasileiro: a falta de espírito de economia e planejamento. Mas o que Arinos mais teme nesses resíduos afro-índios é a sua repercussão sobre a esfera política e administrativa brasileira. Horrorizado, ele constata que essa herança funesta pode ser observada nos hábitos do governo e na organização do poder público. Embora não pareça, pois ele não se identifica com a população brasileira, Arinos está discutindo a alma brasileira com as melhores intenções políticas: ele se preocupa com a ignorância e a miséria que oprimem a civilização brasileira e as atribui à herança selvagem, que precisaria ser subjugada na alma do brasileiro. O seu espírito é fúnebre: ele teme pela morte da civilização brasileira. Entristecido, ele se pergunta: haverá alguma chance de sobrevivência para o Brasil?

Arinos se preocupa sobretudo com o Estado republicano, que, para ele, significou a ascensão ao poder do mestiço. Eis o seu problema: os afro-índios no poder poderiam levar o Brasil ao sucesso? Ele observa a política republicana e a considera ameaçadora para o futuro brasileiro. Ele toma como exemplo da ineficácia da política afro-índia republicana a sua direção urbanista. A República rompeu com o campo e preferiu investir na cidade. Ela veio alterar a linha tradicional da civilização brasileira. As cidades são construídas como adornos faraônicos, vistosos, e sem nenhum sentido econômico. A primeira Constituição republicana já sonhava com a construção de uma cidade na selva. Manaus, na euforia da borracha, ergueu-se no meio da floresta como um cenário de teatro. Tinha colunas de mármore da França, bailes de máscaras, companhias de teatro europeu. As capitais enfeitam-se como noivas de Província: avenidas americanas, jardins ingleses, pontes, arranha-céus, luz elétrica, asfalto, vidros. Até Minas Gerais, refratária ao luxo e a influências estranhas, ao planejar Belo Horizonte, não resistiu a esse grande movimento da civilização republicana. Goiás seguiu o exemplo de Minas. O Rio de Janeiro é a

síntese do caráter ostentatório da civilização brasileira. A cidade viveu o milagre da Gata Borralheira. Na República, ela se livrou de suas misérias e andrajos. Tornou-se uma princesa: encheu-se de prédios suntuosos, largas avenidas, jardins, festas, shows, danças, luzes e cores e tornou-se a paixão nacional.

Esta política urbanística da República, para ele, liga-se ao resíduo afro-índio do "amor à ostentação". A urbanização nos países civilizados tem a ver com a industrialização. Aqui, os governos republicanos promoveram a decadência do campo. Na Colônia, a administração era portuguesa e dava preferência ao campo, por causa da base econômica agrícola. No Império, continuou o mesmo. As eleições nunca existiram lá, os mestiços não tinham voz e o Parlamento era dominado pelos homens brancos dos engenhos e do café. O Poder Moderador era "europeu de raça e sentimentos". Na República, desapareceu o poder português colonial e "a raça e o sentimento brancos" do Poder Moderador. Por mais falsa que seja a nossa democracia, na República, a vontade popular influi mais na direção dos governos, e, por isso, o gosto da ostentação e do ornamento se afirmou na administração pública. O poder se concentrou nas mãos do executivo, geralmente ocupado por mestiços. As grandes obras urbanas se assemelham à mestiçagem dos seus empreendedores. Arinos ousa ameaçar: *"não vou demonstrar isso para não ferir sensibilidades respeitáveis. O leitor que o faça!"* Ele imagina que demonstrar que os líderes republicanos e os empresários urbanos têm uma ascendência afro-índia seria, para eles, desmoralizador! E se alguém revelasse a sua própria ascendência afro-índia? Arinos se identifica ao poder português Colonial, aos jesuítas, ao poder Moderador Imperial, às elites agropecuárias, que considera afastadas e protegidas das influências afro-índias. Como ele, são de "raça e sentimento europeus". Será que nos anos 30 já se podia mesmo fazer um "estudo profundo e imparcial" do Brasil?

O ponto de vista de Arinos sobre o Brasil, agora, é cristalino e está longe de ser "imparcial e científico". Ele se revela anti-republicano, anti-democrático e anti-brasileiro! Ele se opõe ao movimento modernizador que vivia a civilização brasileira. Ele defende o campo cafeicultor contra as políticas republicanas de urbanização e industri-

alização. Ele duvida do vigor da industrialização brasileira. Ele reduz a urbanização apenas a uma expressão do selvagem "amor à ostentação". Para ele, a indústria e a cidade são pródigas ilusões do mestiço. Ele protesta é contra o crepúsculo da sua civilização rural cafeeira. A civilização brasileira se dividira até então em ciclos econômicos rurais. Até mesmo as minas mantiveram o fundo camponês da nossa civilização. Era um mundo agrário, aristocrático, lusófilo, francófilo e anglófilo, branco e cristão. A raça mestiça ainda não existia político-administrativamente. Até a República, o povo mestiço estava ainda em "seu lugar", deixando-se guiar pelas rédeas curtas das altas elites luso-brasileiras. Para ele, na República, a pressão direta do sentimento da massa veio alterar aquela feliz situação Colonial e Imperial de domínio das elites sem resistência popular.

Na República, a "nossa civilização", a dele, Arinos, foi definindo, tomando um aspecto. O espírito que preside a nova estrutura do Estado se apóia no sentimento popular da raça mestiça, afeiçoada ao luxo das aparências e desapegada da terra. A massa é hostil ao campo. Nessa opção pela cidade, aparece o nomadismo e o apego ao ornamento afro-índios. Estes resíduos não são exclusivos da época republicana. Mas a sua influência na orientação da civilização brasileira se fortaleceu com a República, em que o poder do Estado é exercido por mestiços e sob a pressão direta deles. Para ele, na República, a civilização brasileira vive um paradoxo: a base da economia é ainda agrária, mas a República combate a lavoura, retirando-lhe recursos e empregando-os em outras atividades. Os técnicos do governo republicano são inimigos do café brasileiro e da "civilização brasileira". Pela primeira vez, ele se inquieta, uma civilização agrária em declínio não cederá o poder a outra civilização agrária. Arinos formula claramente a questão que inquieta a ele e ao seu grupo: *"a quem passará o café as suas insígnias de chefe? Não será a nenhum representante da agricultura"*. O futuro lhe parece ameaçador. Ele considera a decadência da sua civilização agrária, que era de "raça e sentimento europeus", como a decadência da "civilização brasileira". Ele não distingue as duas coisas: "civilização agrária" e "civilização brasileira". O declínio da primeira representaria a decadência da segunda. Arinos, neste livro, explicita o seu medo. Por um lado, procura alertar

as elites agrárias para o declínio do seu mundo e para a necessidade de reagir a esta tendência; por outro, resigna-se e considera spenglerianamente inevitável a decadência da sua civilização agrária. O que ele e os seus realmente temem é a emergência do povo brasileiro, o “monstro da lagoa”, a lenda escocesa, pelo qual nutrem um profundo e explícito desprezo.

e) O Irracionalismo Político

Para Arinos, outro grave resíduo afro-índio ameaça a República, decadente reino do brasileiro-mestiço: o desrespeito à ordem legal. As culturas africana e indígena não conheceram nada como o Estado moderno europeu, pois eram rebeldes à organização técnica da política. Elas tinham seu Estado embrionário, que garantia um mínimo de legalidade. Mas, no terreno técnico, seu desenvolvimento foi rudimentar. A ordem jurídica deles não era racional. A técnica jurídica aparecia entrelaçada a mitos e magia. O sistema jurídico só se exprimia pela força. O poder era respeitado porque temido. Não obedecê-lo traria malefícios e catástrofes. A vontade do soberano era divina e destroçava as resistências. Era justa porque capaz de fazer o mal. Apesar dos suplícios, os súditos negros adoravam o rei. O temor infundia respeito. A ordem legal do bárbaro se baseia no terror que o poder político pode realizar e não no bem. É o reino da força. Ao contrário, para Arinos, a civilização branca não apóia o poder no terror, mas nos ditames da Razão. Arinos reconhece que mesmo nas civilizações superiores a lei é elaborada também em favor de interesses e contra a Razão. Mas, nas sociedades européias, para ele, o coeficiente de Razão cresceu em relação ao da força. A força sozinha não se mantém no poder, mesmo nas ditaduras. Na civilização branca, a força pela força não governa. Ela precisa do apoio da Razão, mesmo quando recorre à violência. Arinos terá se esquecido da invasão e conquista do mundo indígena e da escravidão do negro? A razão vem *a posteriori* legitimar a força. Não há história mais selvagem e violenta do que a dos europeus. A Razão é a força européia. Após a invasão e conquista do território dos outros, americanos e europeus montam um espetáculo jurídico para condenar “racionalmente” os vencidos por terem resistido à invasão! Eles denominam esta heróica

resistência de "crimes de guerra"! E legitimam a sua invasão e conquista, cobrindo-as com a razão do "seu" direito internacional.

Para Arinos, este resíduo afro-indio impede a organização técnica do Estado brasileiro. O mestiço no poder resiste à lei e à forma burocrática de organizar o poder. O Estado republicano assimilou o resíduo afro-indio da concepção da legalidade ligada ao terror. Durante quatro séculos, esses impulsos das massas mestiças foram contidos por um complexo aparelho artificial de Estado. Apesar de artificial, esta estrutura política dava um fundamento de Razão à vida social de nosso povo. Na Colônia, os jesuítas representaram a Razão contra a força. Na vida Colonial, houve uma luta da Razão contra a força: os colonos, brancos-mestiços, se orientavam pela força; os jesuítas, europeus, buscavam o apoio da Razão. Em relação aos indígenas, os colonos, que tinham assimilado os resíduos afro-indios, queriam escravizá-los à força. Os jesuítas, que não se deixaram dominar pelos resíduos afro-indios, os defenderam, recorrendo à Razão. O jesuíta teve um papel civilizador contra o terror afro-indio. Por isso, a escravidão de negros e índios foi mais doce aqui. Arinos sustenta que o jesuíta foi o iniciador deste complexo aparelho intelectual de refreamento dos impulsos primários da cultura afro-índia. Ele trazia um compromisso eterno com a Razão evangélica. Muitos deles morreram neste combate civilizador. Eles foram os primeiros cultores da legalidade contra a força afro-índia, que ameaçava tragar a administração e a vida social da colônia.

No Império, veio predominar a Razão política do regime parlamentar. Embora artificial, durante 60 anos, foi uma fortaleza protetora da nação. O regime parlamentar foi uma construção técnico-política sutil, destinada a controlar e a orientar as correntes tumultuosas da opinião popular. O regime parlamentar foi o resultado da velha e polida Europa ocidental. O parlamento Imperial funcionava não como a expressão do verdadeiro sentimento e tendências do povo brasileiro, mas como a negação desses sentimentos e tendências. Os sistemas jurídico e político foram trazidos pelas elites mentais, educadas na Europa, para sustar o instinto primitivo, continuando a ação racional dos jesuítas. O Estado Imperial funcionava fundado na Razão política, opondo-se às tendências espontâneas da massa, fun-

dadas no terror. O Parlamento Imperial funcionava exatamente porque não era daqui. O Império se fortaleceu com o regime parlamentar, adaptando, aqui, o sistema das civilizações superiores. O Império não representava a realidade da nação. Era um regime artificial. No Brasil, o parlamentarismo funcionava exatamente porque não era popular. A legalidade imperial se assentou sobre a Razão e não sobre a força. Pedro II representou a prudência e a sabedoria.

Na Colônia e no Império, portanto, quarta metáfora, uma estrutura estatal européia, racional, técnico-política, funcionou como um "equipamento de contenção" contra a emergência do "monstro mestiço" das águas brasileiras. A Razão européia era como uma represa que continha as águas turvas e turbulentas afro-Índias. Mas, a Guerra do Paraguai despertou os impulsos irracionais afro-Índios. A represa se rompeu. O Estado parlamentar imperial sucumbiu diante da violência do exército republicano. Os líderes do novo Estado eram diferentes dos imperiais. Na República, a razão de Estado se refugiou na teoria jurídica. Esta era a base teórica, como tinha sido a Razão evangélica da Colônia e a Razão política do Império. A Razão jurídica defendia a inviolabilidade da Constituição federal. No entanto, mestiços, os governos republicanos não sabiam reconhecer a lei e a violaram muitas vezes. Violada, a Constituição era mantida ainda como o farol que iluminava o regime, como o livro sagrado, cuja aplicação seria suficiente para resolver qualquer crise nacional. A Constituição não poderia ser tocada por mãos impuras. Mas ninguém a cumpria! Era violentada pelo Estado e pela oposição, que declaravam lutar entre si para "defendê-la". Os militares defensores da lei pura saíam da lei em nome da pureza da lei. Os Governos, em nome da lei, saíam da lei para combater seus adversários. Governo e revoltosos se acusavam de ir contra a lei. Eram homens políticos mestiços ligados à legitimação da ação política pela força.

A lei era uma abstração, uma idéia geral, sobre a qual se fundava o Estado. O Estado não podia se assentar na realidade profunda e temível das massas. Assentava-se em um sistema convencional. Mas a Razão jurídica republicana se desmantelou em 1930. O exército, apoiado por três governos, se levantou, fora da lei, contra o Governo federal, para exigir o cumprimento da lei. Este se defendeu saindo da

lei. A lei foi suprimida e a força decidiu. O governo tornou-se possível apenas fora da legalidade. Para a Segunda República, governar bem ou mal não significava estar dentro ou fora da lei. Governar bem era fazer funcionar as instituições de forma a atender às necessidades das massas. São essas necessidades que procuram se fazer ouvir pela força, num evidente recuo ao plano de influência das culturas primitivas. Se a Razão europeia conseguira conter os impulsos selvagens na Colônia e no Império, na República, e, sobretudo, na Segunda República, este controle tornou-se impossível, pois o poder já não era mais exercido por "europeus de raça e sentimento", como os jesuítas e Pedro II, mas pelo povo mestiço, que governava através dos novos líderes, do exército e do sufrágio universal.

Arinos e O Medo da Emergência do "Monstro da Lagoa Brasileira"

Até a Primeira República, portanto, o Estado brasileiro funcionava porque repousava sobre uma Razão exterior. A Segunda República vive um momento em que não há modelo de Razão exterior que predomine. Na Razão evangélica Colonial, na Razão política Imperial e na Razão jurídica da Primeira República havia um esforço racional e eficaz de contenção dos impulsos irracionais do povo brasileiro. Arinos se preocupa: poderemos aceitar um Estado que não se apóie em argumentos e equipamentos racionais, mas explicitamente na força? Isto seria o retorno à barbárie! Para ele, enquanto não se criar um novo mito equivalente ao parlamentarismo ou ao legalismo, o Estado republicano se baseará na força. O Estado acabará assumindo a lógica política da força e do terror própria das culturas inferiores e se identificará à população mestiça. Ele não poderá controlá-la, pois não lhe será mais exterior e superior. Em 1936, a Segunda República procurava uma nova legitimação racional. Ela procurava, mas não a encontrava. Na Segunda República, os impulsos primitivos já estavam no poder e baniram toda ação racional do Estado. Qual será o próximo passo: a emergência do selvagem, a implantação da barbárie, o reino da força, o retorno ao caos? Será o fim da civilização brasileira? Os próximos passos foram realmente golpes de força: o Estado Novo e o Golpe de 64. As Constituições foram rasgadas. Mas, em 1964,

apareceu um outro ideal de legalidade, um outro modelo de razão exterior, que, como os anteriores, só ocultava a eficiência da força pura: a razão tecnocrática. Qual terá sido a real participação de Arinos na formulação e defesa desse novo modelo de razão externa?

Eis a inquietação de Arinos: a civilização brasileira poderá sobreviver se recusar o modelo exterior da civilização européia? Para ele, não. Todo o seu esforço é "civilizador", dando continuidade à ação dos jesuítas, de Pedro II e Rui Barbosa. O que Arinos realmente teme é o encontro do Brasil consigo mesmo. Ele afirma não ser pessimista, mas "realista". No entanto, por um lado, ele nos parece spengleriano. Se as origens culturais inferiores ressurgirem, elas inviabilizarão a civilização brasileira. A civilização é grandiosa quando brota de culturas ricas, que oferecem um programa superior a ser implementado. E mesmo assim decaem. O Brasil já teria nascido fadado ao fracasso, por que não tem valores culturais originais superiores para explorar e realizar. O terrível futuro que ele vislumbra é o da emergência dos impulsos irracionais reprimidos durante séculos pela razão européia. Quando esta razão européia se esgotar e não puder mais impedir a emergência da barbárie do povo brasileiro, o Brasil desabarará em suas origens inferiores. Em 1936, retornando às metáforas, a população do andar de baixo já estava no andar de cima, os catetos tornaram-se a hipotenusa, as águas turvas e turbulentas romperam a represa. E agora? Será o retorno vitorioso do reprimido?

Arinos, por outro lado, para salvar a civilização brasileira, discordará de Spengler. Ele sustenta que a civilização não é necessariamente a destruidora das culturas. Para ele, as culturas podem se transformar e renascer. O que significaria, para a civilização brasileira, este otimismo que espera o seu "transformar-se e renascer"? Concluindo a sua obra, ele afirma: *"se o futuro das nações pertence a Deus, o que a história ensina é que Deus dá procuração aos homens para se ocuparem da história."* Isto significa que há uma brecha para otimismo em Arinos. Ele só procurou fazer este retrato psicológico do Brasil, este desenho dos contornos da alma brasileira, porque espera salvá-lo. Ele espera que, se as elites republicanas conhecerem os motivos pelos quais agem tão irracionalmente, possam transformar-se e renascer. Ele acredita ter demonstrado "cientificamente" a causa histórica dos

traços mais fortes da nossa psicologia e como eles se refletem em nossa civilização. Ele foi ao passado para, na verdade, colocar o grave problema do futuro da civilização brasileira, exigindo estratégias de salvamento. Para ele, devemos ser otimistas com a nossa "procuração divina" para fazermos a nossa história. Seu otimismo revela o seu lado iluminista, que crê no progresso. E talvez haja também algo de afro-índio nesta sua atitude otimista, diferenciando-o de Spengler e do iluminismo. É como se ele aceitasse que, se, em todo caso, uma política educacional europeizante não der certo, quem sabe, o "acaso", "forças sobrenaturais", "uma expectativa pré-lógica" poderiam nos salvar!

Ele garante que a sua análise do Brasil quer ser apenas "uma análise" e não uma proposta de intervenção na realidade. Mas a sua análise não pode ser tomada pelo leitor apenas como "um conceito". Ela oferece um programa de transformação da realidade brasileira. A sua interpretação histórico-sociológica do Brasil não é apenas um juízo analítico, mas um juízo de valor, com sérias conseqüências políticas. Se a sua análise histórico-sociológica, embora equivocada e imatura, como ele próprio admitiu, estimula a reflexão sobre a realidade brasileira, o programa político que ela sugere seria o melhor para a produção da mudança da realidade brasileira? O seu otimismo significa que ele espera que o lado europeu da nossa identidade fragmentada obtenha uma vitória completa e nos leve em direção ao espírito sedentário e trabalhador, ao desejo de poupança e riqueza material, ao apego a critérios estéticos simples e perfeitos, à organização racional do Estado. Ele lutará pelo modelo europeu de Estado de Direito, pela vitória da justiça. Arinos defende a inculcação na população brasileira dos valores, critérios, normas, meios e fins da racionalidade européia. Ele propõe uma revolução cultural conservadora. Liderado por suas elites brancas e europeizadas, o Brasil poderia tornar-se uma nação de tipo europeu-americano, se eliminasse os resíduos históricos das culturas inferiores. A "salvação da civilização brasileira" que ele defende é um projeto autoritário de imposição à população brasileira, pela educação e políticas públicas, de uma racionalidade que lhe viria do exterior. Nesta perspectiva, a salvação não poderia vir apenas da razão tecnocrática?

Sérgio Buarque de Holanda, também em 1936, publicou *Raízes do Brasil*, com uma avaliação do Brasil ao mesmo tempo muito próxima e diametralmente oposta à de Arinos. Holanda concorda com a irracionalidade da alma brasileira, que aparece em comportamentos, hábitos, costumes, gostos, na arte, na administração pública, na vida econômica, na vida política. Holanda também vê o horizonte brasileiro ameaçado por suas raízes culturais e propõe uma mudança profunda. Ele descreve a alma brasileira quase da mesma forma como a descreveu Arinos: imprevidente, dissipadora, aventureira, desorganizada, indisciplinada, cordial, familiar, instável, rural, depredadora da natureza, avessa à burocracia e à lei, dominada pela promiscuidade entre o público e o privado. Mas Holanda discorda duas vezes de Arinos: 1º) esta situação não se deve aos resíduos históricos afro-indígenas, mas aos resíduos históricos portugueses. O mal que ameaça a nossa civilização não vem de suas culturas inferiores, dos catetos, mas da hipotenusa, a civilização branca. Holanda denuncia a incompetência desde a origem das elites luso-brasileiras. Para ele, o mal que inviabiliza o Brasil é a sua raiz ibérica; 2º) para Holanda, a urbanização, a industrialização, criando e estimulando o surgimento de novos padrões de comportamento e relacionamento, não é o mal trazido pela República mestiça - esta é a "revolução brasileira". É assim que o Brasil está lentamente rompendo com a sua raiz ibérica, com a "civilização agrária", de Arinos, e se tornando uma civilização moderna e racional. Holanda, otimista, pensa que a nossa raiz agrário-ibérica já está sendo e será superada, isto é, negada e conservada, transformada e integrada no futuro. Ao contrário de Arinos, Holanda é otimista em relação à República, pois a revolução brasileira é sobretudo uma ação democrática e republicana.

Entretanto, pode-se ver em ambos algo em comum, que pertenciam aos anos 30: o preconceito em relação à população mestiça. O problema posto pelos intérpretes do Brasil nos anos 30 era o do reconhecimento da identidade mestiça da civilização brasileira. Nem Sérgio Buarque de Holanda escapou a este preconceito. Ele pouco menciona negros e indígenas em *Raízes do Brasil*. Para ele, infelizmente, índios e negros só acentuaram os males portugueses e não representaram uma diferença. O seu silêncio é eloquente. A história

brasileira é toda feita pelos portugueses. Holanda restringe o seu estudo aos portugueses e, por isso, a obra de Arinos, que faz a mesma avaliação do Brasil a partir de suas origens indígenas e negras, torna-se complementar à de Holanda. Holanda e Arinos, diferente de Freyre, que foi o primeiro a aceitar o mestiço, a "morenidade brasileira", a valorizar a vitória cultural dos vencidos e a aclimatabilidade, a miscibilidade e a adaptabilidade dos portugueses, compartilham a resistência à mestiçagem: para Arinos, nosso futuro está ameaçado pelos resíduos afro-índios; para Holanda, nosso futuro pode estar ameaçado porque o português não era plenamente branco e europeu, mas ibérico, mestiço de africano, árabe, judeu. E negros e índios eram meio portugueses. Cada um à sua maneira, ambos eram racistas. Ambos recusavam as nossas "origens mestiças" e, para ambos, a nossa revolução seria a superação das nossas origens mestiças. A favor de Arinos, a Lei Afonso Arinos, de 1951, bem posterior a este livro, contra a discriminação de negros, que poderia ser aplicada a ele mesmo, em 1936; a favor de Holanda, a presença de um projeto democrático e a ausência de um discurso explícito contra índios e negros.

Ambos sonham com uma sociedade em padrões brancos, americano-europeus, cultuam o Estado burocrático, defendem a implantação da racionalidade européia. Mas chegam a projetos políticos opostos. Holanda oferece um programa liberal-democrático, revolucionário, às novas elites urbanas e defende um Brasil republicano, que superaria-integraria as suas raízes ibéricas. Ele defende o mundo urbano, moderno, as relações sociais e econômicas capitalistas, regidas por leis universais e não pela força ou pelo individualismo carismático. Em Holanda, a racionalidade exterior deve se interiorizar e modificar-se com as nossas cores. Arinos, em sua luta pelo direito, na verdade, lutava pela vitória da força da razão exterior, pela sobrevivência das velhas elites agropecuárias. Em Arinos, a racionalidade exterior deve permanecer exterior. Ele temia a emergência da força interna do povo mestiço na história brasileira republicana e propunha o retorno à forma de domínio das elites imperiais, à força legitimadora da Razão parlamentar exterior. O Estado deveria retornar à posição anterior e exterior, colocando-se acima da população mestiça, para controlar e reprimir os seus impulsos selvagens. O seu projeto político separa o

Estado da sociedade civil, vendo negativamente qualquer aproximação entre o povo e o poder. O poder deve ser privilégio de uma elite branca de corpo e alma. Ele temia a emergência do monstro mestiço da nossa "lagoa", um medo do (seu) imaginário escocês. Ao contrário de Arinos, e mais radicais do que Holanda, os historiadores brasileiros estão com os olhos e as câmeras apontados para a lagoa, ansiosos, esperançosos, para verem emergir o longo e vigoroso pescoço da profunda, mestiça e diferente, "nassie brasileira". Ou devemos temer a nossa própria força, as nossas razões internas, as nossas identidades e nos rendermos à violência da razão exterior? Não seria melhor que a população brasileira conhecesse e reconhecesse as suas origens e integrasse à sua civilização as culturas afro-indígenas?

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. "Idéias e fatos na entrevista de Afonso Arinos de Mello Franco". In: Ferreira, Marieta de Moraes (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1994.

BENEVIDES, M. Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BONAVIDES, Paulo et alli. *As tendências atuais do Direito Público: estudos em homenagem ao Professor Afonso Arinos de Melo Franco*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

DANTAS, Paulo. "O nacionalismo de Afonso Arinos". In: *Revista Brasiliense*, nº 11, maio/jun, 1957.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Jequitibá em mato miúdo: vocação intelectual e retórica política em Afonso Arinos* (Tese - Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2000.

LIMA, Alceu Amoroso. *Afonso Arinos, por Tristão de Athayde*. São Paulo: Lisa, 1981.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

LUCAS, Fabio. "O efêmero e o fundamental: notas às memórias de Afonso Arinos de Mello Franco". In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 25/26, julho, 1968/ janeiro, 1969.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936. (Col Brasiliana)

MELO FRANCO FILHO, Afonso Arinos. *Diplomacia Independente, um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MENEZES, Djacir. "O intelectual e o político: Afonso Arinos". In: *Revista de Ciência Política*, v. 27, nº 3, set/dez, 1984.

SEMINÁRIO SOBRE A VIDA E OBRA DE AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO. *Afonso Arinos na UnB*: conferências, comentários e debates. Brasília, 1981.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. "A historiografia republicana: a contribuição de Afonso Arinos". In: *Estudos Históricos*, v. 3, Nº 6. Rio de Janeiro : FGV, 1990.